



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

HAMILTON MATSIMBE

ONG'S E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA: MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA REGIÃO, 1980-2000

NGOs AND DEMOCRATIC TRANSITION IN AFRICA: MOZAMBIQUE IN
THE CONTEXT OF THE REGION, 1980-2000

RESUMO: Organizações não-governamentais (ONGs) são instituições da sociedade civil que orientam suas atividades para a solução de problemas que causam desfavorecimento e atuam na melhoria das condições de vida de grupos ou populações carentes. As independências, os desafios socioeconômicos e políticos subsequentes e a emergência do associativismo mobilizaram as ONGs para África. Porém, entre 1980 e 1990, as reformas neoliberais foram determinantes, porquanto implicavam mudanças no sistema político e econômico dos países africanos, maioritariamente socialistas, para o liberal – transição democrática. O estudo explora o processo de transições democráticas verificadas na região, entre 1980 e 2000. Da análise de documentos e de contexto efetuadas, os resultados mostram que as ONGs foram determinantes. Em Moçambique apoiaram o Programa de Emergência, as negociações e a missão de paz da ONUMOZ, que culminou com as primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias, em 1994.

PALAVRAS-CHAVE: África; ONGs; Transição Democrática; Moçambique

ABSTRACT: Non-governmental organizations (NGOs) are civil society institutions that focus their activities on solving problems that cause disadvantage and improving the living conditions of needy groups or populations. Independence, subsequent socio-economic and political challenges and the emergence of associations mobilized NGOs to Africa. However, between 1980 and 1990, neoliberal reforms were decisive, as they implied changes in the political and economic system of mostly socialist African countries towards the liberal – democratic transition. The study explores the process of democratic transitions observed in the region, between 1980 and 2000. From the analysis of documents and context carried out, the results show that NGOs were decisive. In Mozambique, they supported the Emergency Program, negotiations and the ONUMOZ peace mission that culminated in the first General and Multiparty Elections in 1994.

KEY WORDS: Africa; NGOs; Democratic Transition; Mozambique

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

ONG'S E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA: MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA REGIÃO, 1980-2000

Hamilton Matsimbe ¹

Introdução

ONGs são organizações da sociedade civil que orientam suas atividades para a solução de problemas que causam desfavorecimento; e a sua atuação pode ser local, nacional e internacional. Em função dos grupos que representam, as ONGs podem ser religiosas ou laicas e, geralmente, independentes, voluntárias e não lucrativas. Estão ligadas à sociedade por laços de solidariedade. Em África, as suas atividades e o impacto que causam, ainda constituem um “rico” espaço para debate. Os projetos de desenvolvimento socialista, implementados nos países recém-independentes, nos finais de 1970 e princípios de 1980, se mostraram ineficientes; e os governos, letárgicos na resolução dos problemas da população. A década de 1980 foi marcada por crises socioeconômicas na região. Estudos apontam como causa, o colapso da ordem econômica inaugurada com o acordo da *Bretton Woods*, em julho de 1944. Afinal, em 1971, o preço do ouro foi liberalizado, mas também em outubro de 1973, com a eclosão da guerra do *Yom Kippur*, assiste-se à crise de petróleo, no Oriente Médio. Em 1974, o preço de ouro degrada-se no mercado internacional.

Estes eventos foram precedidos de cheias e inundações em Moçambique e Zimbábue, na década de 1980. Mas a década anterior fora de estiagem e seca prolongadas na região austral de África, com graves consequências na vida da população. No caso de Moçambique, a situação da guerra agudizou o cenário. A África do Sul estava sob sanções e, portanto, isolada com o avanço dos países da linha de frente com a criação da SADCC. ² Portanto, os países da região (mas, de toda África subsahariana) se viram confrontados com a redução nos níveis de produção e das exportações; e subida no valor das importações. Isto resultou na crise da balança de pagamentos e subida do serviço da dívida externa.

A solução, para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, passava pelo afastamento do Estado do mercado para a recuperação das economias devastadas. Sem solução interna à vista, em 1986, após acordos, o governo da Tanzânia iniciou o Programa de

¹ Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). Professor Assistente da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). hamilton45@rocketmail.com

² Southern African Development Coordination Conference/ Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral.

Ajustamento Estrutural (conhecido pela sigla SAP na versão inglesa). Em Moçambique, o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), iniciou-se em 1987; e no Zimbábue, em 1991.

Neste processo de liberalização econômica, as instituições da *Bretton Woods* encontraram nas ONGs, não apenas parceiros da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), mas instituições com mais legitimidade para interagir com os mais desfavorecidos que Estado. O artigo analisa a história das ONGs na região austral de África e o seu papel nas transições democráticas ocorridas na RSA, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue, entre 1980 e 2000. A partir do contexto regional, explora-se a proliferação das organizações e a sua participação na promoção dos mecanismos de participação pública dos cidadãos.

REVISÃO DE LITERATURA

O termo “ONG” foi usado pela primeira vez, em 1945, pelo Banco Mundial, para designar uma simples instituição parceira. A ONU utilizou-no para designar instituições independentes do governo e com as quais se relacionava com objetivos humanitários e de cooperação nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Estas relações sempre se fundamentaram num caráter político (ARAÚJO, 2008, p. 2). A partir daí, vários são os autores que procuraram definir as ONGs. No contexto de Moçambique, Langa (1993, p. 29), definiu-nas como organizações voluntárias que trabalham com, e muitas vezes, no interesse de outrem. As suas atividades estão focalizados em questões e pessoas que vão para além do seu pessoal e membros. Por sua vez, Ginja (1993) as define como organizações que não fazem parte do governo, partidárias, voluntárias e que se dedicam ao desenvolvimento nacional ou regional, podendo receber ajuda internacional (GINJA, 1993, apud MONTEIRO, 1995, p. 29).

A partir da realidade ocidental, Ball e Dunn (1995, p. 10) olham as ONGs como organizações da sociedade civil formadas ou para assistir ao necessitado e/ou desfavorecido ou para se dedicarem ao interesse comum de e/ou para agir num assunto particular, que causa desfavorecimento ou degrada o bem-estar das pessoas e/ou da sociedade. Todavia, chamam atenção para a designação “Não governamental”. Ao incluir, por exemplo, sindicatos, igrejas, corporações, sociedades, clubes, etc., para além da conotação anti-governamental, que não parece legítima, tornando o conceito vago e insatisfatório (BALL; DUNN, 1995, p. 20). No lugar do termo negativo “ONG” recomenda-se o uso de expressões como organizações não e/ou sem fins lucrativos, voluntárias, da sociedade civil, baseadas na comunidade (OBC), terceiro setor, etc.

Ainda assim, a confusão conceitual prevalece. As ONGs são incompatíveis umas com as outras; fazem parte de diferentes identidades conceituais por esclarecer (SAMA, 2014, p. 2). As

ONGs devem ser organizações constituídas, sem fins lucrativos, para contribuir para a realização de ações de cooperação para o desenvolvimento: organizações autônomas e independentes dos poderes públicos, sejam elas confessionais ou laicas (ALVES, 1996, p. 47). Portanto, apesar da ideia de não lucrativas ser, à partida, questionável, permite a diferenciação entre as tradicionais ou convencionais agências governamentais e das corporações privadas visando ao lucro; e o chamado “terceiro setor”.

As ONG servem, em diferentes caminhos, para numerosas funções - intermediárias na canalização de fundos e execução de projetos para pessoas e/ou grupo-alvo da população. Portanto, a designação “ONG” devia se restringir às organizações que trabalham na melhoria das condições que causam desfavorecimento às pessoas, em diferentes esferas da vida – desenvolvimento comunitário. Assim, talvez se fale do mesmo fenômeno teórico, com características básicas, não obstante as designações: voluntárias, independentes, não lucrativas, não auto servir-se. A atuação política é a plataforma comum (BALL; DUNN, 1995, p. 20).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

No debate sobre o papel das ONGs na África, duas perspectivas teóricas são concorrentes: a teoria do “contrato falhado” e a teoria de “parceria ou interdependência”. A primeira, considera que, em face das transformações socioeconômicas do período pós-2ª Guerra Mundial, as ONGs têm sido identificadas como proeminentes formas de organização, que podem implementar o compromisso global do desenvolvimento “top down”, característica do século XX (KAMAT, 2004; SAMA, 2013). Nessa ordem, a entrada massiva de ONGs na África Austral, durante os anos 1980, traduz, em boa parte, o “discurso” da ineficiência, ineficácia e letargia do Estado na provisão de condições adequadas de vida às populações. A letargia resulta, também, da deficiente gestão da economia pelos governos, que não permitiu crescimento desde 1960 (SACHIKONYE, 1992; NDLELA, 2003; HANLON, MANJENGWA; SMART, 2013).

Diante da situação, as ONGs se beneficiam do beneplácito da experiência localmente acumulada e do vazio criado entre o mercado e o Estado, no contexto da nova ordem econômica inaugurada nos finais da década de 1970. Desse modo, esta teoria conecta-se à neoliberalização. Esta, na sua definição, estimula a propriedade privada e o empreendedorismo, livre mercado e comércio como mecanismos de promoção efetiva do bem-estar. O Estado recua para uma posição estritamente política, de mero regulador e de criação de um ambiente que assegure essas práticas.

Se o Estado tiver que intervir, que seja, no mínimo, para corrigir falhas (HARVEY, 2008, p.12).³ As ONGs apresentam-se alternativamente viáveis na implementação de projetos no nível micro da sociedade. E, por essa via, também se legitimam como representantes dos “sem voz” em questões políticas.

A segunda teoria postula que a capitalização desta experiência, ao nível macro, revela-se importante para o desenvolvimento da democracia. Aqui, justifica-se a parceria entre as ONGs e o Estado. A perspectiva do “*scaling up*” fundamenta a interdependência dos poderes micro e macro, esta última, detida pelo Estado (SAMA, 2013). Um exemplo de parceria foi a implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural em vários países africanos (SAPs na versão inglesa), que contou com a intervenção de ONGs, através de pacotes sociais da reforma (LUTANBINGWA, GRAY; SKINNER, 1997; BARNES, 1998; PFEIFFER, 2003).

Assim, atualmente, com a expansão da economia de mercado e os Estados em declínio, é inevitável que as ONGs intervenham para responder às necessidades e demandas das camadas pobres e marginalizadas da sociedade (ROBINSON, 1997). Entretanto, as intervenções de ONGs também apontam para campos de conflitualidade com o Estado, sobretudo porque visam, por via do “*scaling up*”, à representação do interesse público e democrático. Não obstante o fato, pesquisas sugerem uma relação de parceria equilibrada na defesa dos interesses da sociedade (KAMAT, 2004; SAMA, 2013). Isto se fundamenta na ideia de que as ONGs são possuidoras de vantagens distintas (sobre outras instituições da sociedade) e podem desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento africano (KORTEN, 1990).

Todavia, as vantagens acima referidas não podem ser traduzidas em competências das ONGs para que o processo de influência de políticas públicas seja efetivo (BEBBINGTON; FARRINGTON 1993). Existe o risco de que os processos em que estão envolvidas possam ser minados, especialmente se as ONGs ignorarem as implicações políticas do trabalho que realizam, em relação ao governo e suas funções macro políticas. Ademais, a reputação das ONGs, na África, pode ter aumentado com a ineficiência das intervenções estatais, e não por realizações concretas.

A discussão atual sobre as ONGs não só deve incluir questões de fortalecimento da responsabilidade, autonomia e eficácia organizacional das ONGs (FOWLER, 1997; 2000), mas, também, os mecanismos de interação e parceria com os macro poderes, sendo que as suas atividades têm implicações macro políticas. Ao se apresentarem como alternativa para preencher

³ Iniciado na China em 1978, as reformas neoliberais vão atingir os Estados Unidos e Reino Unido em 1979, com a ascensão ao poder de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente (HARVEY, 2008, p.12).

o “fosso” criado entre o mercado e o Estado na provisão de condições aos cidadãos, as ONGs remetem-nos a uma possível ruptura do “contrato social” pelo Estado.

A perspectiva contratualista foi sucessivamente defendida por Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII. No seu Livro I, J-J. Rousseau define *contrato* como sendo algo fundamentado num pacto convencional. O homem abdica da sua liberdade natural, dos seus direitos e deposita confiança no poder de uma autoridade - o Estado. Em nome do bem comum e da garantia de proteção, o indivíduo submete-se às leis da sociedade e do Estado. O contrato social legitima o poder e funda a sociedade civil (ROUSSEAU, Livro I, p.9-35). Como diria Foucault (1999, p.143-148), os corpos são docilizados, exercitados e submissos à autoridade instituída.

Na África, as ONGIs surgem como novos atores sociopolíticos e representantes dos “sem voz” em consequência da NOEI, que emerge nos finais dos anos 1970. Com um quadro socioeconômico turbulento e sombrio durante o processo de transição política, os governos dos países subsaarianos – contexto da pesquisa – vão se ressentir profundamente da neoliberalização. Vista como uma das faces mais evidentes do capitalismo financeiro, a doutrina neoliberal visava, entre outros aspectos, a desregulação, a privatização e a retirada do Estado no âmbito dos serviços sociais (HARVEY, 2008, p. 3 - 4). Para os países africanos, a doutrina, mais do que opção política, era uma questão de sobrevivência. Em finais dos anos 1980, com a queda da União Soviética (URSS), o comunismo entrava em colapso, dando espaço à expansão do capitalismo, através dos ajustamentos estruturais das economias no continente.

ÁFRICA AUSTRAL E OS PAÍSES DA REGIÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se irreversível o processo de descolonização, seguido da instalação de regimes “autoritários” independentes, que se mostraram incapazes de estabelecer uma ordem num contexto de globalização em África. O ano de 1960 ficou nos anais da história como ano de África, justamente porque muitos países alcançaram suas independências. Na mesma década, sucessivamente, a Tanzânia (1961), Malawi (1964), Zâmbia (1964), Botsuana (1966) também alcançaram suas independências, na região. Depois seguiu-se Moçambique (1975), Zimbábue (1980) e Namíbia (1990). A África do Sul independente desde 1910, somente em 1994, viu-se livre do governo de minoria branca - o *apartheid*.

Contudo, regra geral, a ideologia socialista caracterizou os regimes que se instalaram após as independências (MATSIMBE, 2019, p. 15). A estagnação econômica, resultante da queda da produção e da fraca integração no mercado mundial, não tardou. Muitos países subsaarianos

precisaram de Ajustamento Estrutural para recuperar suas economias, nas décadas de 1980 e 1990 (BOND; DOR, 2003; MATSIMBE, 2019, p. 16). As últimas três décadas testemunharam o declínio na qualidade de vida de muitas pessoas. Os modelos de desenvolvimento seguidos fracassaram em transformar a vida de muita gente, em África (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 36).

Desde 1980, o setor das ONGs na África subsaariana tem experienciado um crescimento em número e fluxos financeiros (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 37; LAWAN, 2013, p. 33). Na vizinha, Tanzânia, por exemplo, eram contabilizadas 811 ONGs pelo Gabinete do Primeiro Ministro e, cerca de três quartos destas, se tinham estabelecido nos anos 1980. Este crescimento não é apenas peculiar à Tanzânia, mas ao continente. No Botswana, entre 1978 e 1987, o número de ONGs estrangeiras também cresceu 260%, passando de 37 para 134. Entre 1985 e 1989, as ONGs locais registraram um crescimento de 60% (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 37). Em 1987, por conta do rápido crescimento do setor das ONGs, foi criada a SANGONet, uma organização que congregava as ONGs na África do Sul (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263).

Em Moçambique, de cerca de uma dezena, nos anos 1970, foram registradas cerca de 40 organizações, em 1983. No diretório do governo, já havia registro de pouco mais de uma centena, em 1989. Após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, atuavam no país mais de duas centenas de ONGs (ADAM, 1997). Este número duplicou entre 1992 e 1994, período da vigência das Operações das Nações Unidas em Moçambique - ONUMOZ. Na África do Sul, em 2014, havia, nos registros da STATS SA, 200 mil ONGs. Este número, refletia um crescimento de 200%, em 10 dez anos (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263). Afinal, as atividades das ONGs vêm crescendo para mitigar os custos de desenvolvimento nos países em desenvolvimento, sobretudo, para atender à fraqueza institucional e às deficiências administrativas, a incapacidade de realizar com eficiência os serviços sociais ou a proteção do meio ambiente (LAWAN, 2013, p. 33).

Os fluxos financeiros controlados pelas ONGs na Tanzânia, em 1994, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi de 17,2 milhões de dólares americanos (um crescimento de 134% em relação a 1993) e, estima-se que, durante os anos 1980, o total de influxos financeiros do estrangeiro para África, por meio de ONGs, excedeu os fundos do Banco Mundial, deduzidos os repasses e o serviço da dívida (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 37). Em 1987, ONGs transferiram cerca de 5,5 mil milhões de dólares dos países industrializados para os países em desenvolvimento, quase mil milhões de dólares a mais do que a Associação Internacional de Desenvolvimento (LAWAN, 2013, p. 33).

A explosão global de ONGs tem acontecido num contexto do mundo em que, nas últimas décadas, tem-se caracterizado por complexas, rápidas e imprescindíveis mudanças políticas, institucionais, ambientais, demográficas, sociais e econômicas, que não mostram sinais de estancamento (BALL; DUNN, 1995, p. 7-8). Assim, as ONGs foram sendo identificadas como proeminentes formas de organização, com a capacidade de implementar o cometimento global do desenvolvimento, a partir da base (KAMAT, 2004, p. 156; MATSIMBE, 2019, p. 20). A globalização da sua atuação tem a ver com a crença na eficácia e, portanto, do consenso político de que as ONGs são agentes da democracia. Na região austral de África, (à semelhança do leste europeu), nos anos 1980 e 1990, “sopravam os ventos” da democratização e mudanças.

As mudanças incluem as periódicas recessões mundiais, crescimento de dívidas nacionais, aparecimento de novas doenças e reaparecimento de doenças antigas, a degradação geral do ambiente e desastres naturais, mudanças climáticas, desaparecimento da «cortina de ferro» e uma sucessão de conflitos armados. Em África, a incapacidade ou letargia dos governos em abordá-las, minavam sua legitimidade. A globalização, ao dificultar o controle de assuntos nacionais, contribuiu para as crises e para a redução da legitimidade do Estado (GINJA, 1995, p. 67; BALL; DUNN, 1995, p. 8; MATSIMBE, 2019, p. 20). Na África do Sul, a recessão econômica, o desemprego e a má prestação dos serviços são fatores cruciais que contribuem para o crescimento das ONGs. As fracas perspectivas econômicas não só implicaram na redução de gastos em setores críticos, como, também, abriram espaço para que cada vez mais ONGs preencham lacunas e/ou deficiências existentes, oferecendo serviços necessários (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263).

Ao nível da região, o crescimento global do setor das ONGs é inerentemente associado ao consenso encabeçado pelo Banco Mundial e FMI sobre a necessidade de democracia política e boa governança, por um lado; e a liberalização econômica, o recuo do Estado e o encorajamento do setor privado para fechar a lacuna, por outro lado (MERCER, 1998, p. 247; MATSIMBE, 2019, p. 20). O insucesso dos regimes autoritários em estabelecer a ordem e o fracasso das estratégias econômicas de desenvolvimento são algumas das razões que têm concorrido para minar a legitimidade dos governos, que se manifesta por pressões sociais para alcançar uma maior democratização dos regimes (GINJA, 1995, p. 67).

ONGS E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Com as independências, a partir dos anos 1960, os países optaram pelo socialismo como ideologia. Nos anos seguintes, a Tanzânia tornou-se arena da temida experiência socialista

africana, trazendo para o Estado todas as organizações independentes, produtivas e privadas para seu controle (MERCER, 1998, p. 248). Aliás, as *Ujama* Tanzanianas, a partir de 1977, se constituíram na maior experiência de socialização e coletivização do campo, replicada em Moçambique – as aldeias comunais.

Porém, na Tanzânia, todas as organizações autônomas, desde companhias comerciais, cooperativas, até as organizações de mulheres e jovens, foram cooptadas pelo Estado. As únicas instituições que permaneceram com certa independência foram as religiosas, tanto islâmicas como cristãs. Contudo, em algumas áreas, estas estavam alinhadas com o Estado (MERCER, 1998, p. 248). A participação sociopolítica somente era possível através do aparato estatal e como indicação disto, somente 17 novas ONGs estavam registradas entre 1961 e 1978. Em Moçambique, a participação se fazia através das organizações de massas do partido FRELIMO⁴, nomeadamente, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Organização Nacional dos Professores (ONP), Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), etc.

As mudanças ocorreram, essencialmente, com os processos de liberalização econômica e política, dos anos 1980, em resposta às condições exigidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, incluídas nos acordos do Programa de Ajustamento Estrutural, sintetizadas na abertura econômica e política dos estados. Cada país iniciou uma série de reformas administrativas e legais para acomodar os programas de “resgate” financeiro do FMI e Banco Mundial. O desmantelamento do sistema de partido Único e a introdução do sistema multipartidário em Tanzânia, Moçambique e Zimbábue, por exemplo, permitiu que as ONGs desempenhassem importante papel no processo de desenvolvimento do país. No contexto da região austral, as ONGs dinamizaram os processos de participação política e econômica para além do aparato estatal, como única plataforma disponível para o exercício da cidadania. As reformas legais também permitiram a criação de organizações de base comunitária e associações para várias finalidades. Em Moçambique, a aprovação da constituição de 1990 e da Lei 8/91 de 18 de julho, que estabelece os princípios de liberdade de associação e funcionamento de grupos associativos (ADALIMA, 2006, p. 29), representa esta tendência.

Isabel Casimiro, em “*Paz na terra e guerra em casa*”, arrola uma série de organizações de mulheres na sua relação com várias ONGs para lutar em prol dos direitos da mulher. Todas as associações foram criadas e financiadas por estas organizações e, hoje, se afirmaram no espaço público e democrático nacional (CASIMIRO, 2004). A justificativa é simples: as ONGs precisam ser independentes do Estado para assegurar a capacidade de desafiá-lo, garantir a

responsabilização, expressar o descontentamento e oposição e representar o interesse público e das organizações.

Na Tanzânia, as ONGs foram importantes nas eleições de 1995, enquanto realizaram trabalho de advocacia e campanhas de educação cívica (MERCER, 1998, p. 251). Em Moçambique, Sam Barnes mostra-nos como as ONGs foram interventivas em todo o complexo processo de transição, sobretudo, nas operações de pacificação e assistência humanitária, entre 1992 e 1995. O autor refere, ainda, que os fundos canalizados por via de ONGs, no mesmo período, chegaram a superar os canais oficiais do Estado. Durante a vigência do mandato da ONUMOZ, as ONGs canalizaram 64% para saúde, (US\$ 20 milhões), 57% dos fundos para água, 67% dos fundos para educação, 46% para agricultura e 79% para projetos rurais (BARNES, 1998, p. 312).

As áreas de desmobilização, desminagem e processo eleitoral, imprescindíveis para a estabilidade nacional, foram também alvo do trabalho das ONGs. Na área de pacificação, desmobilização, desmilitarização e reintegração (DDR), as ONGs trabalharam com a ONUMOZ, uma missão complexa na logística; e financeiramente robusta, chegando a gastar, diariamente, cerca de \$ 1 milhão de dólares. Em 1994, as ONGs receberam financiamentos para participar nas primeiras eleições multipartidárias, mobilizando e sensibilizando as populações sobre a importância do escrutínio. Nos anos seguintes, as dotações financeiras para a assistência democrática cresceram, integrando áreas de direitos humanos, corrupção, descentralização, mídia e redução de pobreza (ADALIMA, 2006, p. 31).

Ainda no contexto moçambicano, Baloi (1995), mostra como as ONGs religiosas, à semelhança das Tanzanianas, foram importantes, não só na canalização dos fundos junto aos doadores, como na mobilização da população para participar, massivamente, do primeiro processo eleitoral, em 1994, rumo à democracia multipartidária. Na verdade, foi no contexto das transições, que as ONGs internacionais criaram e encubaram, na região, várias organizações e associações como parceiras e braços na execução dos projetos e programas de emergência, empoderamento, advocacia e desenvolvimento. No Zimbábue, em 1998, os movimentos cívicos, religiosos e os sindicatos, na alçada de várias ONGs, formaram a Assembleia Nacional Constituinte (NCA), um grupo de pressão sobre o governo de Robert Mugabe, que culminou com a fundação do Movimento para Mudança Democrática (MDC), em fevereiro de 1999, o principal movimento de oposição, desde a cooptação da ZAPU, em 1987.⁵

⁴ Frente de Libertação de Moçambique

⁵ Movement for Democratic Change

Os estados intervencionados pelo Banco Mundial e FMI foram também “forçados” a abandonar algumas políticas sociais, sobretudo, na área de saúde e de educação (Moçambique); e redistribuição de terras, reassentamento no caso de Zimbábue (RAFTOPOULOS, 2001; HANLON, 1997). As maiores organizações de trabalhadores zimbabuana, ZCTU⁶ e sul- africana – COSATU⁷, sobreviveram da pressão dos governos do dia, com o apoio de instituições internacionais e ONGs internacionais. No contexto sul-africano, as ONGs têm uma complexa tradição em trabalhos de ativismo e desenvolvimento, o que justifica sua politização, depois de 1994 (PIETERSE, 1997, p. 158). Ainda na África do Sul, as ONGs são identificadas como “organizações de serviço”, para denotar sua responsabilidade sobre os movimentos de libertação e outras organizações populares que lutaram para dismantelar e derrubar o regime de *apartheid*. No contexto pós 1994, as ONGs se dedicaram não apenas à implementação de projetos, mas no lobby e advocacia para mudanças sociais e políticas. Assim, as ONGs atuam na mobilização comunitária e de grupos, como canais de comunicação entre o governo e as pessoas; e na implementação de projetos inovadores (MAKOFANE; SELESE, 2002, p. 263).

As ONGs funcionaram como mobilizadoras de estratégias na luta antiapartheid. Contudo, após o *apartheid* foram confrontadas com a realidade de reconstrução e desenvolvimento do país. Assim, deviam se transformar em organizações que estimulassem a participação para o desenvolvimento urbano e rural; na educação formal e não formal e no desenvolvimento de microempresas. A profissionalização, sustentabilidade e organização, constituíam imperativos para sua relação com o Estado, sobretudo no âmbito do Plano de Reconstrução pós-*apartheid* (PIETERSE, 1997). Por conseguinte, durante o período de transição, o setor das ONGs seguiu uma abordagem mais conciliatória e colaborativa. Muitas organizações trabalharam com o governo na elaboração do novo texto da constituição sul-africana (MAKOFANE; SELESE, 2002, p. 263). Igualmente, durante a Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA) e o fórum de negociação multipartidária, a sociedade civil fez parcerias com o Congresso Nacional Africano (ANC) para desenvolver documentos políticos (MLAMBO; MPANZA; MUBECUA, 2021, p. 187).

Contudo, a construção desta relação com o Estado nem sempre foi fácil. As dificuldades de inserção das ONGs na África do Sul derivam do fato de que muitos funcionários pertencentes/ filiados à Frente Democrática Unida (UDF), que se opôs ao *apartheid* durante os anos 1980, estava comprometida com a emergência de um ANC forte. As ONG's acabaram ficando para o plano secundário, não obstante a crescente importância da sociedade civil para melhorar e

⁶ Zimbabwe Congress of Trade Unions

⁷ Congress of South African Trade Unions

sustentar a democracia em África. Na verdade, após “compromissos transitórios” com o ANC, as ONGs tinham que escolher entre a “vida e a morte”. Com o ANC no governo, o cenário de financiamento mudou, os recursos foram alocados por acordos bilaterais entre o governo sul-africano e financiadores; e as ONGs se voltaram para os desafios de desenvolvimento da sociedade sul-africana, com maior enfoque para a população, mas, também escrutinando as políticas e o interesse público. Afinal, as ONGs são o elo não-político eficaz entre o governo e as pessoas comuns (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263).

As ONGs têm jogado papel importante na luta pela “segunda libertação” de África – nos processos de transição democrática, em curso no continente. Afinal, as conferências nacionais que chocaram líderes africanos no Benin, Togo, Níger, Madagascar, Costa de Marfim, Camarões, Burquina Fasso e Zaire, foram supervisionadas por ONGs, particularmente as religiosas (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 38). As ONGs tomaram a dianteira para demandar dos governos a transição para o pluralismo político na região e, no contexto sul-africano, os grupos da sociedade civil têm estado a contribuir para uma estabilidade, governança e constitucionalismo (MLAMBO; MPANZA ; MUBECUA, 2021, p. 188).

Contudo, existem críticas às ONGs enquanto “veículos” para mudança. Há um perigo de se construir um novo mito sobre as ONGs. A confiança que nelas se deposita não resulta da eficácia dos resultados no terreno, mas da sua diferença com o complexo aparato estatal. As próprias relações com os pobres das zonas rurais estão longe de ser perfeitas. Isto significa que a incapacidade dos governos não basta para dar às ONGs créditos que ainda não conquistaram. É, portanto, necessário analisar singularmente os casos, para questionar a flexibilidade e a capacidade das ONGs para inovação e adaptação em novos ambientes. Na Índia, por exemplo, algumas ONGs refletem tendências de organizações governamentais, são também burocráticas (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 41).

Hoje, na região, as ONGs desenvolvem projetos e lideram processos de lobby e advocacia para mudança política e desenvolvimento econômico. As ONGs criam redes com organizações locais, nacionais e internacionais e se aproximam dos “fazedores” de políticas, no sentido de entender os processos subjacentes à concepção de políticas públicas e, por conseguinte, se engajarem na sua monitoria e avaliação. No contexto de Moçambique, com uma experiência de guerra, as ONGs se posicionaram como parceiras, financiadoras, muitas vezes intermediárias entre as organizações nacionais e agências doadores da comunidade internacional (NIPASSA, 2016, p. 29). Em 1994, as ONGs receberam apoio para participar das eleições – mobilização da população sobre a importância do escrutínio e, mais tarde, nos programas de assistência à democracia, integrando áreas como a de direitos humanos, corrupção e descentralização, mídias e

Plano Estratégico para Redução da Pobreza (ADALIMA, 2006, p. 31). Mas, convenhamos, escrutinar governos em África é uma tarefa não apenas difícil, mas com riscos. As ONGs, muitas vezes, estão sob ameaças e com dificuldades de funcionamento. Todavia, o fato de se financiarem a partir do exterior implica em serem rotuladas como agentes de países do ocidente preocupados em derrubar a administração negra (MLAMBO; MPANZA; MUBECUA, 2021, p. 189), por exemplo, nos contextos sul-africano e zimbabuano.

A EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, na década de 1990, por conta deste tipo de pressão, mas também do contexto de mudanças e adequação legislativa em curso, muitas ONGs estrangeiras se transformaram em organizações nacionais, como estratégia para legitimar sua atuação e participação no diálogo político e em diversas áreas de desenvolvimento nacional, sem acusações de ingerência. Mas também foi para responder às restrições legislativas impostas para sua operação em Moçambique, enquanto membros ou filiadas em organizações internacionais (NIPASSA, 2016, p. 29). Afinal, em junho de 1994, o governo, através do Vice-Ministro da Cooperação, Oldemiro Baloi, manifestou sua preocupação com a proliferação e atuação destas organizações e, portanto, apelou para maior coordenação e criação de mecanismos de controle e avaliação de suas atividades.⁸

Em 1995, iniciou-se o debate legislativo sobre os critérios de implantação das ONGs. Em 1996, o governo submeteu ao parlamento um projeto de regulamentação da atuação de ONGs estrangeiras (CUAMBE, 1996).⁹ O debate resultou na aprovação do Decreto/lei 55/95, de 05 de dezembro, que revogou a lei 7/92, de 19 de maio, sobre os regimes aduaneiros a conceder aos bens e mercadorias para o Programa de Emergência – (na perspectiva do governo) o maior estímulo para a proliferação das ONGs em Moçambique. Em 1998, através do Decreto 55/98, de 13 de outubro, foi criado o quadro legal que define os critérios da autorização, objetivos a atingir e mecanismos da atuação das ONGs estrangeiras.

Não obstante estas démarches legais, desconfianças e contradições, o setor das ONGs se tem se revelado promissor na região. Afinal, além da importância que as ONGs desempenham na provisão de serviços sociais básicos, no contexto da “explosão” da vida associativa em África¹⁰, a capacidade de mobilização, lobby e articulação/intermediação nacional e internacional as torna cada vez mais revelantes em diferentes contextos sociopolíticos da região. A resistência não é,

⁸ NOTÍCIAS, 30/06/1994.

⁹ NOTÍCIAS, 10/08/1995; NOTÍCIAS, 19/09/1996.

necessariamente, negação de suas valências e utilidade, mas a dificuldade dos governos em trazê-las para sua órbita e controle. Afinal, após serviços sociais básicos e humanitários, as eleições e outras áreas de democratização mobilizaram a atenção de muitos doadores em Moçambique (ADALIMA, 2006, p.31).

Em 1995, segundo o coordenador da *Link* (fórum das ONGs), Guy Mulin, as pouco mais de 120 organizações de ajuda humanitária, movimentavam mais de 200 milhões de dólares, por ano (GEMO, 1995). Todavia, o governo indicava a existência de mais de 200 ONGs estrangeiras em Moçambique e, destas, apenas 72 faziam parte da LINK, das quais 18 nacionais (NOTÍCIAS, 30/06/1995). Com o fim da missão das Nações Unidas, muitas permaneceram e se registraram como nacionais; em Nampula, outras, como a Coordenação Canadá Moçambique (COCAMO), antes de partir, fortaleceram as existentes (KARIBU, UGCA¹¹, AMR¹²) e formaram outras ONGs, suas parceiras nacionais (FUMO, 1993). Assim, asseguram a expansão dos serviços, escrutínio das políticas públicas e o financiamento, muitas vezes, em concorrência com os governos e suspeitas de conspiração e ingerência nos assuntos internos.

Em 1998, ao arrepio da cortesia e em face das dificuldades do governo em abordar a situação da fome, as ONGs nacionais – Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), KULIMA, AMMRU¹³, SNV e União de Kalanga – com o apoio da organização holandesa *Christian Institute for Advocacy and Development*, criaram rede de segurança alimentar em Moçambique (NOTÍCIAS, 16/02/1998). Em março, o então governador de Nampula, Rosário Mualeia, durante o 3º Encontro Regional das ONGs Nacionais e Estrangeiras, insurgiu-se contra as ONGs que ocultavam suas operações e eram relutantes em facultar informações para programação (NOTÍCIAS, 20/03/1998). Em setembro, também o governador Felício Zacarias exigia menos estrangeiros nas ONGs, em Manica. Em Maputo, o recrudescimento da mendicidade preocupava às autoridades. Afinal, cerca de 60 ONGs nacionais e estrangeiras recebiam fundos da UNICEF (maior doador), entretanto pouco faziam para conter ou acabar com o fenômeno.¹⁴

Portanto, as ONGs, além de pouco trabalho, foram acusadas de sonegação de dados e de admitir para seu quadro mais estrangeiros que nacionais.¹⁵ A Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG) acusou várias vezes as ONGs de má gestão financeira e promoção de desemprego entre seus associados, em Sofala. Mas, também reclamou do apoio do

¹⁰ GLOBAL TRENDS IN NGO LAWS, 2011, p.1.

¹¹ União Geral das Cooperativas Agrícolas

¹² Associação da Mulher Rural

¹³ Associação Moçambicana da Mulher Rural

¹⁴ NOTÍCIAS, 05/09/1998.

¹⁵ NOTÍCIAS, 20/03/1998.

governo e da sociedade.¹⁶ O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a ADPP¹⁷, durante o conflito, foram acusadas de fornecer equipamento militar à RENAMO, a primeira em Sofala e a última e Nacala/Nampula.¹⁸ Nos contentores foram encontradas, pelas autoridades, peças de roupa e calçado militares, aumentando a desconfiança.

Apesar disso, foram as ONGs que, durante as conversações, pressionaram aos beligerantes e ao governo italiano para o fim do conflito. Igualmente, em fevereiro de 1992, 14 ONGs (8 já atuando no país) iniciaram uma campanha de solidariedade e de pressão política visando à celeridade do processo e definição de um programa extraordinário de auxílio na recuperação econômica de Moçambique.¹⁹ Em abril de 1993, também a CoopÁfrica, Instituto Vale Flor, Centro Internacional para Cooperação e Desenvolvimento (portuguesas) e AMMRU, AEXEMO²⁰ e os AMODEG (nacionais) organizaram campanhas conjuntas de reinstalação de deslocados residentes em Maputo e arredores.²¹ Em 1994, no contexto da fome em Manica, por exemplo, o governo solicitou ajuda de emergência às ONGs. Porém, a resposta de redução para supostamente incentivar a produção do campesinato local desapontou as autoridades.²²

As ONGs desempenharam papel importante em períodos cruciais da história de transição de Moçambique. Como podemos ver, no contexto da guerra e de calamidades naturais, foram determinantes não apenas para o programa de emergência iniciado nos anos 1980, mas para o fim da guerra. Igualmente, a partir de 1987, também apoiaram o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), assegurando a parte social do pacote de reformas (MATSIMBE, 2023, p. 243). Em 1992, com o fim da guerra, as ONGs, para além do Programa de Emergência, apoiaram as operações de paz da ONUMOZ, através da ONUHAC²³, seu braço humanitário, culminando com a criação de condições para a realização das primeiras eleições multipartidárias. Portanto, a partir de 1994, mais do que apoiar o Plano de Reconstrução Nacional (PRN) e outras iniciativas de desenvolvimento, as ONGs tinham o desafio de incentivar e promover a participação democrática e as reformas legislativas necessárias.

Em termos práticos, foram as ONGs que apoiaram a integração social de mutilados de guerra, às crianças, a expansão da rede judiciária nacional e o acesso à justiça para as camadas mais desfavorecidas, com destaque para a mulher.²⁴ Em setembro de 1999, as ONGs lideraram o

¹⁶ NOTÍCIAS 12/06/1995; NOTÍCIAS 16/06/1995.

¹⁷ Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo.

¹⁸ NOTÍCIAS, 24/03/1993.

¹⁹ NOTÍCIAS, 20/03/1992.

²⁰ Associação dos Ex-Emigrantes de Moçambique

²¹ NOTÍCIAS, 6/04/1993.

²² NOTÍCIAS, 17/08/1994; NOTÍCIAS, 18/08/1994.

²³ Coordenação da Assistência Humanitária das Nações Unidas

²⁴ NOTÍCIAS, 9/08/1999; NOTÍCIAS 27/08/1999.

seminário nacional para a participação popular no desenvolvimento que culminaria com uma espécie de Plano Nacional sobre a matéria.²⁵ O exercício sempre exigiu equidistância e momentos de tensão com as autoridades, muitas vezes, conotada como ingerência, pelo regime. Em novembro de 1999, numa campanha de 16 dias de ativismo, as ONGs exigiam do governo ações concretas para combater a violência contra mulher e, no caso, para adoção do Protocolo Opcional da Convenção das Nações Unidas para Eliminação de Todas Formas de Discriminação da Mulher – CEDAW.²⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos de explosão global do associativismo, as ONGs se tem afirmado como um mecanismo eficaz de sobrevivência e enfrentamento do desfavorecimento e mitigação de carências coletivas em África. A complexa realidade sociopolítica, que caracteriza o continente, também torna estas organizações um fenômeno teórico de difícil definição e caracterização. As ONGs representam o interesse de pessoas em um domínio mais largo possível. Na região austral de África, as ONGs substituem outras organizações políticas bem estabelecidas, que tradicionalmente representam o interesse de vários segmentos da sociedade: companhias comerciais, associações de bem-estar, organizações religiosas e associações comerciais, etc. Talvez seja por isso que, em muitos momentos, se posicionam, aos olhos dos regimes como concorrentes e, portanto, promotoras da ingerência nos assuntos internos.

As ONGs, se por um lado surgem em resposta ao fracasso do estado pós-colonial em assegurar as necessidades básicas dos pobres, por outro, os doadores, sobretudo de tradição liberal, confiaram nestas organizações para a canalização direta de fundos para as comunidades. A justificativa é simples: aos “olhos” do ocidente, mais do que os governos, as ONGs passaram a ser consideradas mais “comprometidas” e efetivas no alcance dos pobres nesses países. Todavia, foi na implantação da cultura democrática pluralista em países pós-coloniais que as ONGs se evidenciaram na promoção da participação política (KAMAT, 2004: 160). No contexto das transições democráticas, as evidências indicam que os regimes democráticos em África são fortalecidos, regra geral, na sua interação com as ONG’s.

Afinal, como mostram os dados da África do Sul, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue, os espaços de participação são, muitas vezes, negociados por ONGs na sua relação com os mais desfavorecidos. Apesar de muitas vezes as organizações de massa atuarem na liderança política,

²⁵ NOTÍCIAS, 24/09/1999.

²⁶ NOTÍCIAS, 27/11/1999.

as ONGs sempre deram suporte às demandas, mobilizando e distribuindo recursos necessários em espaços e contextos cívicos diferentes. Na África do Sul, a população negra se apoiou nas organizações religiosas para combater o *apartheid*. No Zimbábue, mesmo com as políticas neoliberais, o relutante regime de Robert Mugabe em fazer reformas democráticas abrangentes e participativas, após cooptar ZAPU, nos anos 1990, não “resistiu” à força e pressão da sociedade civil, fortemente conectada com a comunidade internacional. Assim, as ONGs forçaram a realização de reformas administrativas e legais.

Moçambique não pode ser lido à margem dos acontecimentos da região. A transição democrática também acompanha as reformas neoliberais introduzidas com PRE, em 1987. Consequentemente, o Programa de Emergência, o processo de pacificação e de reabilitação pós-guerra tiveram forte participação da sociedade civil, na época, fortemente influenciada pelas ONGs. Os processos de desenvolvimento e de promoção da participação política e cidadania; a mobilização internacional de recursos (financeiros e logísticos) necessários teve forte colaboração da comunidade internacional e das ONGs como braços operacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992**. Maputo: CEEI-ISRI, 1994.

ADALIMA, José. **The Politics of Private Aid for Democratization in Mozambique**. Netherlands: Institute of Social Studies, 2006.

ADAM, Yussuf. **Trick or treat: the relationship between destabilization, aid and government policies in Mozambique. 1975-1990**. (PhD Thesis, Development Studies) – Roskilde: Roskilde University, 1996.

ALVES, Maria Ines Pacheco. **AS ONGs na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: CIDAC, 1996.

ARAÚJO, Oliveira. “A proliferação de organizações não governamentais após a reforma de Estado: algumas considerações sobre a relação público e público não estatal”. **Espaço Acadêmico**, v.3, n.81, Fevereiro, p. 15-30, 2008.

ARMIÑO, Karlos Perez. **Guia de reabilitação pós-guerra: o processo de Moçambique e a contribuição das ONGs**. País Basco: Hégoa, 1997.

BALL, Colin; DUNN, Leith L. **Organizações não-governamentais: diretrizes para uma boa política e prática**. Londres: The Commonwealth Federation, 1995.

BALOI, Obede. (1995) “ O posicionamento das igrejas face ao processo eleitoral de 1994”. In: MAZULA, Brazão. (org.) **Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo: Embaixada dos Países Baixos, p. 502-527.

- BARNES, Sam. NGOs in Peace-keeping Operations: Their Role in Mozambique. **Development In Practice**, v. 8, n. 3, p. 309 – 322, 1998.
- BEBBINGTON, Anthony; FARRINGTON, John. **Private Voluntary Initiatives and Governments, NGOs and Agricultural Development**. London: Overseas Development Institute, 1993.
- CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. (ORG). **Moçambique, perspectivas de desenvolvimento**. Maputo: FEE-UEM, 1994.
- COSTY, Alexander. **From Civil War to Civil Society? Aid, NGO and Hegemonic Construction in Mozambique**. (Phd thesis, philosophy) – Toronto, University of Toronto, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOWLER, Alan. “NGO futures: Beyond aid: NGDO values and the fourth position”, **Third World Quarterly**, vol. 21, n. 04, p. 589-603, 2000.
- FOWLER, Alan. “Building Partnerships between Northern and Southern Development NGOs: Issues for 1990s”. **Development in Practice**.v.1, n.1, p. 5-18, 1991.
- FUMO, Carlos. “ONGs moçambicanas, sua identidade e papel para o desenvolvimento do país”. In: MONTEIRO, Ana. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo: CEA, 1995. p. 35-45.
- GINJA, Vitória. “Sustentabilidade das ONGs moçambicanas: aspectos para reflexão”. In; MONTEIRO, Ana. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo, CEA, 1995, p. 67-71.
- HALON, Joseph; MANJENGWA, Jeannette; SMART, Teresa. **Zimbabwe Takes Back its Land**. Virgínia: Kumarian Press, 2013.
- HANLON, Joseph. **Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 1997.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- KAMAT, Sangeeta. The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in neoliberal era. **Review of International Political Economy**. vol .11, nº1, p. 155-176, 2004.
- KORTEN, David C. **Getting to the 21st Century: Voluntary Action and the Global Agenda**. West Hartford (CT): Kumarian Press, 1990.
- LAWAN, A. Mohammed. “The Role of Non-governmental Organizations (NGOS) in Agricultural and rural development in Nigeria: a Case Study of women farmers advancement

network (WOFAN)". **Advance Research in Public Policy, Administration and Development Strategies**, Vol.1 No.2, Aug, p. 32-43, 2013.

LUTAMINGWA, J; GRAY, K.R; SKINNER, E.P. NGOs in subsaharian Africa: developing critical capacity for policy advocacy. **International Journal on World Peace**. Vol 14, nº3, p. 35-70, 1997.

MAJOR, D. "Cooperação não-governamental". In: MONTEIRO, Ana. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo, CEA, 1995, p.51-52.

MAKOFANE, Happiness Refilwe; SELEPE, Martinus. "The Role of Non-Governmental Organizations (NGOS) in South Africa with Specific reference to Rural Development". **Eurasian Journal of Social Sciences**, 10(4), p. 262-276, 2022.

MATSIMBE, Hamilton. "Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGÍ's na África Subsahariana, 1960-1990". **Dimensões**, v. 43, jul.-dez., p. 11-27, 2019.

MATSIMBE, Hamilton. "Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983 - 2000". **Tensões Mundiais**, Fortaleza, vol. 19, n. 39, p. 231-251, 2023.

MERCER, Claire. Reconceptualizing state-society relations in Tanzânia: are NGOs making Difference? **Area**, vol 31. nº 3, p. 247-258, 1997.

MLAMBO, Daniel N; MPANZA, Siphesihle Edmund; MUBECUA, Mandla A. "Non-Governmental Organizations (NGOs) and the South African Development Agenda Post Democratization: An Appraisal". **AJDS, Special issue**, March, p. 183-199, 2021.

MONTEIRO, Ana Piedade. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo: CEA, 1995.

MUBAI, Marlino. **Seca, fome e ajuda humanitária como factores do fim da guerra: o caso de Inharrime**. dissertação (Licenciatura), Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, 2001.

NDLELA, Daniel B. "Regional economic integration and intra-African trade: issues for development." **Trade, Growth and Development**. Routledge, 2003, p.317-342.

NERE, Jacques. **O mundo contemporâneo**. Lisboa: Ática, 1979.

NIPASSA, Orlando Júlio André. **Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique**, (Tese de doutoramento), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/12491>

PFEIFFER, James. International NGOs and primary health care in Mozambique: the need for a new model of collaboration. **Social Science & Medicine**, 56, p. 725-738, 2003.

PIETERSE, Edgar. South African NGOs and the trials of transition. **Development in Practice**. vol. 7, nº 2, p. 157-166, 1997.

RAFTOUPOLOUS, B; MLAMBO, A. **Becoming Zimbabwe: a history from the colonial period to 2008**. Harare: Weaver Press, 2009.

ROBINSON, Mark 'Privatizing the Voluntary Sector: NGOs as Public Service Contractors'. In: HULME, David AND EDWARDS, Michael. (eds). **NGOs, States and Donors: Too Close for Comfort?** New York: St. Martin's Press, 1997.

ROCCA, Roberto Marozzo Della. **Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita**. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; ensaio sobre a origem das línguas; discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 9-35.

SACHIKONYE, Lloyd M. Zimbabwe: drought, food and adjustment. **Review of African political economy**. Abingdon: Routledge, 1992, p. 88-94.

SAMA, Thomas Babila. **Conceptualizing non-governmental organization: still searching for a theory**. Finland: University of Jyväskylä, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

DOCUMENTOS E NOTÍCIAS DE JORNAL

AMODEG DESAPONTADA COM ONGS EM SAFALA. **Notícias** [Maputo], 16 de junho de 1995.

AMODEG RECLAMA DO APOIO DO GOVERNO E DA SOCIEDADE. **Notícias** [Maputo], 28 de janeiro de 1995.

CUAMBE, Daniel. Relativo a regulamentação da sua atuação no país. **Notícias** [Maputo], 21 de setembro de 1996.

DANIDA APOIA EXTENSÃO DA REDE JUDICIAL NACIONAL. **Notícias** [Maputo], 9 de agosto de 1999.

FUMO, Carlos. Doadores reduzem financiamento a COCAMO. **Notícias** [Maputo], 7 de abril de 1993.

GEMO, Osvaldo. A maioria das ONGs vai continuar em Moçambique. **Notícias** [Maputo], 9 de janeiro de 1995.

GLOBAL TRENDS IN NGO LAW, Volume 3, Issue 3 (June 2011). acessado em 21/05/2024, disponível em: <https://www.icnl.org/resources/research/global-trends-ngo-law/ngo-laws-in-sub-saharan-africa>

GOVERNO QUER REGULAMENTAR ATUAÇÃO DE ONGS ESTRANGEIRAS. **Notícias** [Maputo], 19 de setembro de 1996.

NA GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO: proliferação de ONGs resulta das limitações do governo. **Notícias** [Maputo], 30 de junho de 1994.

ONG ITALIANA APOIA REINTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS. **Notícias** [Maputo], 27 de agosto de 1999.

ONGS BUSCAM FORMAS PARA MELHORAR ENQUADRAR O MUTILADO. **Notícias** [Maputo], 9 de agosto de 1999.

ONGS DEBATEM PARTICIPAÇÃO POPULAR NO DESENVOLVIMENTO: seminário discute documento sobre a matéria em Maputo. **Notícias** [Maputo], 24 de setembro de 1999.

ONGS QUEREM AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA COMBATER VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: até 10 de dezembro terão lugar lobbies e persuasão. **Notícias** [Maputo], 27 de novembro de 1999.

Recebido em: 17/01/2024

Aprovado em: 18/04/2024